

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: socialização de práticas e desafios na busca de uma cultura escolar mais inclusiva

Joyce Cristhine Zellmer Fietz ¹
Greici Franciela Fortecki ²
Edina Elisangela Zellmer Fietz ³

INTRODUÇÃO

A educação é essencial para formar indivíduos e construir uma sociedade democrática, desenvolvendo capacidades intelectuais, culturais e sociais que promovem a participação cidadã. Nesse contexto, a Educação Básica brasileira passou por transformações políticas, pedagógicas e curriculares que impactam diretamente as práticas docentes e a aprendizagem dos alunos, exigindo constante atualização dos educadores (Ferreira, 2020). Destaca-se, nesse cenário, a Educação Especial e Inclusiva, que busca garantir a inserção de alunos com deficiência em escolas regulares, em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal e legislações como a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 13.146/2015 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proposta da educação inclusiva, conforme delineada por Gonçalo *et al.* (2022), busca primariamente estabelecer equidade de oportunidades no cenário educacional. Em outras palavras, almeja garantir a todos os estudantes, desde crianças até adultos no ensino superior, o direito de participar de um ambiente educativo que promova a inclusão. A efetivação de uma cultura escolar inclusiva depende de formação docente continuada, acessibilidade e alocação adequada de recursos, conforme Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (MEC, 2011). Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender práticas e desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de alunos com deficiência, contribuindo para uma cultura escolar que valorize a diversidade, garanta igualdade de oportunidades e fortaleça os direitos humanos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa utilizou o método indutivo, conforme Marconi e Lakatos (2020),

¹ Pós graduada pelo Curso de Educação Inclusiva da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, joyce.fietz@sc.senai.br;

² Pós graduada pelo Curso de Liderança e Gestão de Equipes da Pontifícia Universidade Católica - SC, greici.fortecki@sesisc.org.br;

³ Doutora pelo Curso de Ciências Contábeis e Administração da FURB Universidade de Blumenau - SC, edina.f@hotmail.com;



partindo da observação de dados específicos para formular generalizações sobre a inclusão de alunos com deficiência na Educação Básica. Com objetivo descritivo, buscou identificar, analisar e descrever práticas e desafios das escolas na efetivação de uma cultura escolar inclusiva (Hair Jr. *et al.*, 2005). A abordagem é qualitativa, privilegiando a compreensão dos significados e contextos das ações humanas (Lüdke, 2014).

Foram adotadas pesquisas bibliográfica e documental, analisando legislações, diretrizes e relatórios oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). A análise de conteúdo permitiu identificar lacunas, desafios e boas práticas nas políticas, subsidiando a elaboração de um *checklist* para diagnóstico institucional e recomendações de ações pedagógicas, formação docente e engajamento da comunidade escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva emerge como um direito inalienável, demandando uma profunda reestruturação das práticas pedagógicas e culturas escolares para se adaptar à diversidade de alunos. A inclusão implica na integração de todas as crianças, independentemente de suas habilidades, em ambientes educacionais mais apropriados.

A legislação brasileira nº 13.146/2015, conforme Brasil (2015), respalda a inclusão de pessoas com deficiência, impondo ao Estado o dever de assegurar a educação inclusiva. Santin e Jung (2021) sublinham a importância da participação e comprometimento de pais, escola, professores e colegas na construção de uma cultura inclusiva. Vizzoto (2020) destaca que as escolas devem oferecer condições favoráveis à aprendizagem, conhecendo profundamente as características da população-alvo da educação especial. É necessário um conhecimento aprofundado de cada aluno, respeitando suas potencialidades e atendendo às suas necessidades com qualidade pedagógica. Mantoan (2006) enfatiza que a inclusão escolar implica desafios e oportunidades, exigindo inovação e reestruturação nas escolas. Silva (2021) destaca os desafios na qualidade da educação, especialmente relacionados às condições de trabalho e formação dos professores. Rodrigues (2003) destaca que a escola, para assumir o desafio da inclusão, deve partir das práticas e conhecimentos existentes, investigar as barreiras à participação e criar condições que incentivem a inovação. A gestão democrática é essencial para uma escola inclusiva, exigindo conhecimento das políticas de inclusão e o envolvimento da comunidade escolar (Santin e Jung, 2021).

A inclusão não é apenas uma questão de legislação, mas de prática efetiva. A



inclusão requer mudanças na sociedade para eliminar todas as barreiras à cidadania, indo além dos esforços unilaterais das pessoas com deficiência. Silveira (2013) destaca que a escola inclusiva educa todos os alunos em salas de aula comuns, proporcionando oportunidades educacionais adequadas e promovendo aceitação e cooperação. A aprendizagem significativa, conforme Vygotsky (1997), exige uma postura crítica e interativa, transformando os alunos em autores e atores de sua aprendizagem.

Já o gestor escolar desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional, sendo apontado como uma força motriz capaz de impulsionar o esforço coletivo em prol da educação inclusiva (Silva e Leme, 2009). Uma educação inclusiva requer uma direção líder, capaz de liderar processos e pessoas em uma comunidade educativa compartilhada.

Os professores desempenham um papel crucial na implementação efetiva da educação inclusiva. Alonso (2013) ressalta a importância de os educadores adaptarem o planejamento e os procedimentos de ensino, olhando para as competências dos alunos, não apenas para suas limitações. O ensino colaborativo é enfatizado como uma estratégia fundamental, envolvendo a parceria entre profissionais da educação especial e do ensino regular, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz (Silva, 2021).

A relação entre o professor e a família é destacada como fundamental para o desenvolvimento das crianças, sendo importante manter um bom relacionamento, incluindo os pais no processo de aprendizagem e nas tomadas de decisão (Silva, 2021). O professor atua como mediador dos processos de ensino-aprendizagem na escola inclusiva, sendo responsável por garantir que todos os alunos tenham possibilidade de participar e aprender.

Em suma, a promoção da inclusão não é responsabilidade apenas da escola, mas exige a colaboração ativa da família e da sociedade. O apoio, a compreensão e a participação de todos são elementos essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e garantir igualdade de oportunidades para todos os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na legislação brasileira que orienta a inclusão de alunos com deficiência, foram definidas variáveis essenciais para analisar a adequação das escolas a um ambiente educacional inclusivo, conforme a LBI, a LDB e o PNE: acessibilidade física, recursos pedagógicos, capacitação docente, conscientização da comunidade e avaliações e auditorias.



O *checklist* para avaliação das condições de inclusão nas escolas contempla diversos aspectos essenciais para garantir um ambiente educacional acessível e acolhedor. No âmbito da acessibilidade física, verifica-se a presença de rampas com inclinação adequada, banheiros adaptados, elevadores em prédios de múltiplos andares e mobiliários acessíveis, seguindo as normas da LBI e da ABNT NBR 9050. Em relação aos recursos pedagógicos, observa-se a disponibilidade de materiais didáticos adaptados e de tecnologias assistivas, conforme a LBI e a LDB, garantindo que todos os alunos possam participar plenamente das atividades de aprendizagem.

A capacitação docente é outro item essencial, contemplando a formação específica e contínua de professores em educação inclusiva, em consonância com a LBI e o PNE, possibilitando práticas pedagógicas adequadas às necessidades de cada aluno. O *checklist* também enfatiza a importância de uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e outros especialistas, além da disponibilização de um segundo professor ou auxiliar quando necessário, assegurando acompanhamento contínuo e suporte pedagógico individualizado.

Além disso, avalia-se a conscientização da comunidade escolar, por meio de campanhas e ações de sensibilização sobre diversidade, em alinhamento com a LBI e o ECA, assim como a participação familiar, incentivando o envolvimento de pais e responsáveis no planejamento e acompanhamento das atividades inclusivas. Por fim, o *checklist* considera a necessidade de monitoramento periódico das adequações, assegurando a revisão constante das práticas e infraestrutura da escola, conforme orientações da LBI e do MEC.

Quando algum item do *checklist* apresenta não conformidades, recomenda-se a elaboração de um plano de ação estruturado, preferencialmente utilizando a metodologia 5W2H. A aplicação do 5W2H garante clareza nas responsabilidades, prazos e orçamento, permitindo que cada escola desenvolva estratégias adequadas às suas necessidades e contexto específico.

A análise do *checklist* evidencia questões estruturais, pedagógicas e sociais que impactam diretamente a efetividade da educação inclusiva. Entre elas, destacam-se a necessidade de formação inicial e contínua de professores para lidar com a diversidade em sala de aula, adequações na infraestrutura escolar, revisão e flexibilização do currículo, e suporte pedagógico especializado. A implementação dessas ações deve considerar o contexto de cada escola, alinhando teoria e prática para assegurar que todos os alunos possam aprender de maneira equitativa e inclusiva.



Além disso, o *checklist* reforça a importância do fortalecimento das políticas públicas, da aplicação efetiva das leis de inclusão e do envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo professores, gestores, alunos, pais e sociedade em geral. O acompanhamento e a revisão periódica do *checklist*, considerando atualizações legislativas e necessidades individuais dos alunos, são essenciais para monitorar e ajustar continuamente as estratégias pedagógicas e estruturais, promovendo resultados concretos e evitando a estagnação das práticas inclusivas. Dessa forma, a educação inclusiva torna-se um processo dinâmico, integrado e orientado para a construção de uma escola que valoriza a diversidade e assegura igualdade de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dificuldades e soluções para a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras evidencia que, embora existam marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão, a realidade ainda apresenta desafios significativos. Limitações estruturais, capacitação insuficiente dos professores, falta de recursos e o baixo engajamento da família dificultam a efetividade da inclusão escolar. Planejamentos estratégicos, capacitação contínua, adaptação do currículo e adequações físicas das escolas são fundamentais para transformar a inclusão em prática cotidiana, garantindo que a diversidade seja respeitada e valorizada.

Novas pesquisas são fundamentais para aprofundar o conhecimento sobre a aplicação de estratégias inclusivas. Estudos de caso podem avaliar a eficácia de *checklists* e práticas em diferentes contextos, enquanto pesquisas qualitativas podem investigar barreiras culturais, sociais e o envolvimento da família e da comunidade. Também é relevante analisar o uso de tecnologias assistivas e o impacto de treinamentos contínuos para professores, gerando subsídios para aprimorar políticas públicas e práticas pedagógicas, em prol de uma educação inclusiva mais efetiva e sustentável.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Gestão Escolar Inclusiva, Políticas Educacionais, Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva:** foco nas redes de apoio. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015 Estatuto da pessoa com deficiência.** Disponível em:



<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FERREIRA, L. G. Adequações pedagógicas: uma reeleitura reflexiva das práticas docentes para alunos surdos. **Revista de estudos em educação e diversidade**, v. 1, n. 2, 2020.

GONÇALO, Camilla Viana de Souza *et al.* Mudança de paradigmas na educação inclusiva: contribuição para participação pedagógica-educacional de alunos da inclusão. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, e495111033247, 2022.

HAIR, J. R. JF; BABIN, B.; MONEY, AH; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LÜDKE, M. André; **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MEC. **As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2011**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

RODRIGUES, David. Educação Inclusiva: as boas e más notícias. In.: RODRIGUES, David (Org.) **Perspectivas sobre a inclusão: da Educação à Sociedade**. Porto Alegre: Editora Porto, 2003.

SANTIN, S. C. F. ; JUNG, H. S. A aprendizagem de estudantes com TDAH no ensino médio: um diálogo com a literatura. In: **SEFIC & SEMANA ACADÊMICA INTEGRADA**, 2021, Canoas. Anais... Canoas: Editora Unilasalle, 2022, p. 118-123.

SILVA, C. L. da; LEME, M. I. DA S. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 3, p. 494–511, 2009.

SILVA, E. E. da. Inclusão social nas escolas: a lei e a realidade em sala de aula. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 20, p. 39–47, 29 set. 2021.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos. **Educação Inclusiva**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

VIZZOTTO, P. A. Inclusão na educação básica brasileira: análise do censo escolar por meio dos microdados do INEP. **Ensaios Pedagógicos**, v. 4, n. 1, p. 102–112, 17 nov. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas** V. Madrid: Centro de Publicaciones Del MEC y Visor Distribuciones, 1997.

